

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P.O. Box 3243 Telephone : +251-115-517 700 Fax : +251-115517844

website: www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO
DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
24 – 28 DE JUNHO DE 2008
SHARM-EL-SHEIKH, EGIPTO**

EX.CL/436 (XIII)

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A CONFERÊNCIA DOS
MINISTROS AFRICANOS DA INTEGRAÇÃO (COMAI III)**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A CONFERÊNCIA
DOS MINISTROS AFRICANOS DA INTEGRAÇÃO (COMAI III)**

Os Ministros Africanos da Integração realizaram a sua Terceira Conferência, institucionalizada pela Decisão Assembly/AU/Dec. 113 (VII) da Sétima Conferência da União, em Abidjan, Côte d'Ivoire, aos 22 e 23 de Maio de 2008.

A Conferência abordou todas as questões essenciais relativas à integração do continente, avaliou a situação actual e deliberou sobre as vias e meios de acelerar e fazer com que seja bem sucedida.

Neste contexto, abordou as questões institucionais e outras relativas à boa governação e à soberania, à dívida externa, ao financiamento das infra-estruturas comunitárias, ao papel do sector privado no processo de integração regional, ao comércio e ao investimento, assim como aos acordos de parceria económica. Ao avaliar o estado actual do processo de integração, a Conferência abordou essencialmente as questões ligadas à livre circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais, assim como à implementação das decisões tomadas em matéria de integração.

A Conferência dos Ministros fez recomendações contidas no relatório e na Declaração anexadas à presente nota introdutória, destinados à Conferência da União para aprovação.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO
DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
24 – 28 DE JUNHO DE 2008
SHARM-EL-SHEIKH, EGÍPTO**

**EX.CL/436 (XIII)
Anexo I)**

**RELATÓRIO DA TERCEIRA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS DE INTEGRAÇÃO (COMAI III)**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: (251-11) 5525849 Fax: (251-11) 5525855
Website: www.africa-union.org

**Terceira Conferência dos Ministros
Africanos de Integração (COMAI III)
Reunião Ministerial
22 – 23 de Maio de 2008
Abidjan, Côte d'Ivoire**

COMAI/Min/Rpt (III)

RELATÓRIO

RELATÓRIO

I. Introdução

1. A Terceira Reunião dos Ministros Africanos de Integração decorreu de 22 a 23 de Maio de 2008 no Hotel Ivoire, Abidjan, a convite do Governo da República de Côte d'Ivoire.

II. Participação

2. Os seguintes países participaram na reunião: Angola, Argélia, Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, Djibouti, Egipto, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Quênia, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo(RDC), Ruanda, República Árabe Saharaoui Democrática, Senegal, Sierra Leone, África do Sul, Togo, Tunísia, Uganda e Zimbabwe.

3. Estiveram presentes as seguintes CERs: Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD) e a Comunidade da África Oriental (CAE)

4. Estiveram também presentes na reunião a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a NEPAD Business Group da África Ocidental, a União Europeia, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), o Banco Mundial, a União Aduaneira dos Estados da África Austral (SACU), a Comunidade Económica dos Estados dos Grandes Lagos (CEPGL).

III. Cerimónia de Abertura

5. Na cerimónia de abertura, o Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos, pronunciou um discurso em nome da União Africana. Nesse discurso de abertura, o Comissário expressou a sua sincera gratidão a S.E. Laurent Gbagbo, Presidente da República de Côte d'Ivoire, pelo acolhimento assim como pela hospitalidade que foi reservada a todas as delegações presentes em Abidjan na Terceira Conferência dos Ministros Africanos de Integração. Ele sublinhou que o Governo de Côte d'Ivoire acolhe a presente Conferência numa altura em que o país se encontra num processo de transição após uma era de conflito, o que constitui uma clara manifestação dos esforços do Governo rumo à integração africana.

6. Ele agradeceu igualmente aos Estados Membros e aos parceiros da União Africana, dentre os quais a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), pela sua participação, o que mostra claramente o seu empenho e o seu

desejo de trabalhar em estreita colaboração com a União Africana para acelerar o programa de integração do Continente.

7. No que diz respeito à globalização, o Comissário realçou o papel que a integração regional poderá desempenhar na transformação dos países africanos, actualmente dependentes do sector primário, em economias industriais e científicas. Para o efeito, ele exortou os participantes a ultrapassar os desafios cada vez crescentes que a África enfrenta, promovendo a integração regional através da disponibilização dos meios e dos recursos necessários para a implementação das recomendações relativas ao programa de integração elaborado em Ouagadougou, Burkina Faso, e em Kigali, Ruanda, pelos Ministros, respectivamente em Março de 2006 e Julho de 2007. Ele informou à Conferência que a integração constitui um dos pontos da agenda a serem analisados pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, agendada para Junho/Julho de 2008 em Sharm El Sheikh, Egipto.

8. O Comissário concluiu o seu discurso exortando os Ministros a elaborar uma Declaração com enfoque na vontade política firme e na necessidade de, todas as partes africanas interessadas e os parceiros de desenvolvimento, trabalharem em conjunto para o avanço do programa de integração.

9. Ao usar da palavra depois do Comissário, o Sr. ABdoudlie Janneh, Sub-Secretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da CEA, começou por agradecer ao Governo de Côte d'Ivoire, que é um exemplo na promoção da integração. Ele rendeu igualmente homenagem pelos esforços na aceleração do programa de desenvolvimento assim como pela preservação da paz e da segurança no país. Saudou também os esforços da Comissão da União Africana para a promoção da integração regional em África. A este respeito, ele informou que doze Chefes de Estado, mandatados pela Segunda Conferência da União Africana, encontram-se reunidos em Arusha para fazer uma reflexão sobre o quadro da criação do Governo da União.

10. O Secretário Executivo da CEA sublinhou que vários países africanos estão a implementar políticas destinadas a assegurar um crescimento económico sustentável e lutar contra a pobreza, políticas essas que estão em conformidade com as prioridades da NEPAD. As referidas políticas contribuíram para o bom desempenho geral da economia do Continente, principalmente na taxa de crescimento, que subiu de 5,7% em 2006 para 5,8% em 2007. Ele referiu-se a alguns factores de que depende a taxa do crescimento elevado em África, dentre os quais a procura mundial acrescida de produtos tais como o petróleo bruto, os metais e os minerais, a gestão macro-económica melhorada, os grandes fluxos de capitais privados assim como a melhoria da governação em várias regiões do Continente. Ele referiu que, apesar da conjuntura económica em clara melhoria, ainda existem determinados desafios, principalmente a gestão do aumento actual dos preços do petróleo e de produtos alimentares.

11. O Secretário Executivo da CEA elogiou os esforços envidados pelos países africanos para acelerar a promoção da integração regional. Com efeito, ele citou a harmonização de políticas nas áreas do comércio, de infra-estruturas e das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) como grandes conquistas. Por isso,

ele felicitou-se pelos esforços feitos pelas CERs para acelerar a integração sub-regional. Ele encorajou a COMAI a prestar o seu apoio ao processo de integração regional, a envidar esforços para ultrapassar os grandes desafios postos à integração regional assim como identificar as medidas necessárias para acelerar o processo.

12. O Presidente do NEPAD Business Group, Dr. Bamanga Tukur, também interveio na Conferência. Ele agradeceu à União Africana pelo convite que foi endereçado ao sector privado africano para participar nesta importante Conferência, em reconhecimento do papel preponderante desempenhado pelo sector privado na promoção das iniciativas de integração regional de África.

13. Ele reafirmou o apoio do sector privado na integração das economias do Continente, tal como figura no Tratado de criação da Comunidade Económica Africana. Ele fez também referência às questões relativas a uma participação activa das partes interessadas na elaboração de políticas de desenvolvimento e de integração do Continente, questões que foram levantadas pelo sector privado em reuniões precedentes da União Africana.

14. O Ministro de Integração da República de Côte d'Ivoire, S.E. Amadou Koné, exprimiu profunda gratidão ao Presidente, ao Primeiro Ministro e ao Governo costamarfinense por terem aceite acolher a Terceira Conferência dos Ministros Africanos de Integração. Ele agradeceu ao sector privado africano e às CERs pela sua participação na presente Conferência. Os seus agradecimentos foram extensivos aos parceiros pela sua participação, em particular a União Europeia, pelo seu apoio firme no desenvolvimento de África. Ele solicitou à Conferência para se debruçar sobre questões tão importantes susceptíveis de promover a integração do Povo Africano do que dos respectivos Estados Membros.

15. Sua Excelência o Primeiro Ministro de Côte d'Ivoire, Sr. Guillaume Soro, declarou a abertura oficial da Conferência. No seu discurso de abertura, o Primeiro Ministro agradeceu ao Presidente da República de Côte d'Ivoire por ter aceite acolher a presente sessão da COMAI. De acordo com o Primeiro Ministro, esta reunião ocorre num momento oportuno, pois o seu país e a região atravessam um processo de reconciliação e de unidade.

16. Ao fazer comentários sobre alguns resultados alcançados pela região em matéria de integração regional, o Primeiro Ministro referiu-se a uma disposição que figura na Constituição da República de Côte d'Ivoire, permitindo ao seu país fazer parte de todo o processo de integração tanto dentro como fora da África Ocidental. A este respeito, ele fez menção a algumas decisões tomadas pelo seu país, dentre as quais figuram a eliminação do documento de identificação de residência para os cidadãos provenientes dos países membros da CEDEAO que vivem em Côte d'Ivoire e a emissão do passaporte da CEDEAO para os cidadãos de Côte d'Ivoire.

17. No que diz respeito à integração regional, ele referiu-se a alguns dos grandes desafios que constituem actualmente um obstáculo para a realização da integração continental. Trata-se dos preços elevados do petróleo e dos produtos alimentares de

base, o fornecimento deficiente de energia eléctrica e as mudanças climáticas. Todavia, o Primeiro Ministro disse que a África deverá aproveitar-se da subida dos preços dos produtos alimentares para aumentar a produção destes e promover o comércio intra-africano. Ele concluiu o seu discurso reafirmando o compromisso da República de Côte d'Ivoire de apoiar os esforços de integração regional, em estreita colaboração com a União Africana.

IV. Eleição da Mesa

18. A Conferência elegeu a seguinte Mesa:

- i) Presidente: Côte d'Ivoire
- ii) 1º Vice-presidente: Líbia
- iii) 2º Vice-presidente: República do Congo
- iv) 3º Vice-presidente: Zimbabwe
- v) Relator: Uganda

V. Adopção da Agenda

19. A Conferência adoptou a seguinte Agenda:

- i) Cerimónia de Abertura,
- ii) Eleição da Mesa
- iii) Adopção da Agenda e Organização dos Trabalhos
- iv) Comunicações feitas pelos Ministros:
 - a) Advocacia para a integração regional e continental;
 - b) Governação, soberania e Integração Regional
 - c) Dívida externa e integração.
- v) Análise do Relatório da reunião de Peritos;
- vi) Adopção do Relatório da Conferência dos Ministros;
- vii) Análise e adopção do projecto de Declaração dos Ministros;
- viii) Adopção do tema da IV Conferência;
- ix) Data e Local da próxima Conferência
- x) Cerimónia de Encerramento.

VI. PROCEDIMENTOS

COMUNICAÇÕES

a) Advocacia para a integração regional e continental

20. Este tema foi objecto de uma comunicação feita por Sua Excelência Amadou Kone, Ministro de Integração Africana da República de Côte d'Ivoire. Na sua comunicação, o Ministro lembrou a visão de integração dos Pais Fundadores da OUA, que está inserida na respectiva Carta de 1963, assim como a viragem positiva que ela tomou em 1991, com a adopção do Tratado de criação da Comunidade Económica Africana, incluindo a força que lhe é conferida pela Declaração de Sirte, datada de 09/09/1999, relativa à aceleração do processo de integração.

21. O Ministro disse que se a África pretende ultrapassar os desafios aos quais está confrontada, ela deve repensar na abordagem actual do processo de integração. Para o efeito, impõe-se fazer uma reflexão alargada a todas as partes interessadas, mais particularmente aos intelectuais, sobre a problemática da integração. O Ministro sugeriu algumas pistas susceptíveis de criar uma sinergia entre as organizações de integração regional e os órgãos competentes da União Africana.

22. Neste contexto, ele recomendou o seguinte:

- i) Institucionalização de uma Conferência entre os Secretários Executivos das CERs e o Presidente da União Africana;
- ii) Criação, ao nível dos Estados Membros, de estruturas ministeriais e comissões nacionais responsáveis pela integração;
- iii) Abertura das sessões do Conselho Executivo à participação dos Ministros responsáveis pela Integração;
- iv) Reforço do diálogo entre as instituições regionais e a sociedade civil;
- v) Reforço das capacidades das instituições actualmente responsáveis pelas questões de integração regional; e
- vi) Promoção do desenvolvimento do sector privado para acelerar o programa de integração regional.

Debate

23. A reunião sublinhou a necessidade de reforçar os Ministérios de Integração, de tal forma a assegurar que as decisões continentais são aplicadas, tendo apoiado a proposta relativa à criação dos referidos Ministérios nos países que ainda não o fizeram. De igual modo, a reunião notou que, para acelerar o processo de integração regional, deve ser reforçada a solidariedade aos níveis nacional, regional e continental. Os participantes exprimiram igualmente preocupações sobre os poucos progressos

realizados no domínio da livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços ao nível continental, tendo sublinhado que este facto constitui um grande obstáculo para a realização da integração regional. Os participantes realçaram que a livre circulação não registou progressos significativos, embora ela seja uma vertente essencial do programa de integração, em conformidade com o Tratado de Abuja. A Conferência realçou também a necessidade de integrar projectos de infra-estruturas, tais como os que constam no programa de infra-estruturas da NEPAD.

24. A Conferência notou que os progressos registados em matéria de integração não são satisfatórios, em comparação com os objectivos fixados no início. Ela se interrogou igualmente sobre se o nível actual de integração corresponde às necessidades e às aspirações dos Estados Membros assim como aos desafios que enfrentam. De igual modo, os participantes concluíram que as negociações dos APE e a recente crise alimentar contribuíram negativamente para o desempenho de várias actividades e programas de integração. Por outro lado, a Conferência sublinhou a necessidade de envolver as instituições de pesquisa numa reflexão sobre os objectivos, os métodos e as bases da integração económica, incluindo a melhor forma de ultrapassar as fraquezas e os limites do processo de integração. A Conferência insistiu também na necessidade de promover a apropriação do processo de integração entre os africanos.

Recomendações

25. No final do debate, foram formuladas as seguintes recomendações:

- i) Exortar os Estados Membros que ainda não o fizeram a criar Ministérios de Integração e as respectivas Comissões Nacionais;
- ii) Conceder a isenção de vistos para passaportes diplomáticos;
- iii) Exortar os Estados Membros a incluir, nas suas delegações às sessões do Conselho Executivo da UA, os Ministros responsáveis pela Integração;
- iv) Exortar para uma maior solidariedade e partilha de ideias nos Estados Membros da União;
- v) Os Estados Membros deverão tomar as medidas necessárias para a realização da livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços; e
- vi) Instituir uma reunião periódica entre os Presidentes das CER's e o Presidente da União Africana.

b) Governação, Soberania e Integração Regional

26. Este tema foi objecto de uma comunicação feita por Sua Excelência Nelson Gagawala Wambuzi, Ministro de Estado para os Assuntos do Comércio do Uganda. Na sua apresentação, ele fez um resumo dos progressos realizados no Continente em matéria de governação e soberania, incluindo a criação da UA e dos seus órgãos, o

Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (MARP) e a marcha rumo à democracia, governação política e económica.

27. Ele realçou igualmente algumas insuficiências existentes, dentre as quais a falta de transparência na governação, a legitimidade sócio-política, o reforço de capacidades em algumas regiões, a falta de respeito pelo direito de Estado, a má organização de eleições assim como outras práticas nocivas. Além disso, ele referiu-se ao lento progresso realizado pelo MARP assim como à necessidade de estabelecer fortes relações entre o MARP, as CERs e outras organizações e instituições regionais. Todas estas fraquezas constituem obstáculos para a realização de uma integração regional eficaz.

28. A experiência africana foi comparada com o modelo de integração europeia, no qual foi reconhecido que algumas funções foram assumidas colectivamente, sendo que as instituições encarregues por essas responsabilidades têm o poder de cumprir o seu mandato de uma forma efectiva. No que diz respeito às perspectivas, o Ministro insistiu na necessidade de dotar as instituições da UA de um maior poder de decisão, de aplicação e de supervisão a fim de ultrapassar os obstáculos aos quais o Continente está confrontado, inspirando-se no modelo europeu.

29. Em jeito de conclusão, ele formulou as seguintes propostas:

- i) Os Estados Membros deverão envidar esforços para a salvaguarda conjunta da sua soberania e ceder mais poderes às instituições da UA, permitindo-lhes assim atingir os objectivos do Continente, ao abrigo do Acto Constitutivo da UA;
- ii) A Comissão da UA deve ser dotada de poderes e meios adequados que lhe permitam a execução e o seguimento das decisões emanadas da União;
- iii) Os mecanismos regionais de governação devem ser harmonizados e alinhados aos do MARP;
- iv) As CERs devem participar activamente nas actividades do MARP, através do apoio no processo de avaliação, na medida do possível, e do uso deste mecanismo como um instrumento de promoção da implementação do programa de integração, o que permitirá ao MARP ser visto como um quadro continental mais credível.

Debate

30. A Conferência notou que a comunicação feita levantou questões pertinentes relativas à governação, soberania e integração regional. A este respeito, a Conferência observou que sem a boa governação política, económica e institucional, não será possível realizar a integração regional. Foi também observado que vários países africanos não dão, de uma forma eficaz, prioridade aos sistemas de governação, sistemas esses que constituem um elemento-chave do processo de integração. Eles

discutiram igualmente sobre a necessidade do estabelecimento de laços sólidos entre a União Africana e as CERs, quando se tratar de fazer uma abordagem sobre questões de governação e soberania.

31. As discussões articularam-se igualmente em torno das relações entre a governação política e a governação económica. Especificamente, a paz e a segurança são uma condição prévia para o desenvolvimento e a integração. A este respeito, os participantes propuseram que os Estados Membros cedam parte da sua soberania às instituições regionais e continentais, o que reforçaria a paz e a segurança no Continente.

32. A Conferência debruçou-se também sobre a importância do MARP na promoção da boa governação, o que constitui um aspecto fundamental para a integração regional. Os participantes notaram que alguns Estados Membros não aceitaram o processo do MARP, tendo sido aconselhados a fazê-lo. A implementação efectiva do processo do MARP traria melhorias consideráveis na gestão dos recursos nacionais.

Recomendações

33. Foram formuladas as seguintes recomendações:

- i) Os Estados Membros são encorajados a promover a transferência gradual de uma parte da sua soberania às instituições regionais e continentais, obedecendo ao princípio de subordinação, tendo em vista a realização de programas de integração; e
- ii) É necessário exortar os Estados Membros a utilizar os mecanismos existentes, tais como o MARP, para promover a boa governação.

c) Dívida Externa e Integração

34. Este tema foi objecto de uma comunicação feita por Sua Excelência Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos. Em primeiro lugar, ele chamou a atenção da Conferência sobre a necessidade de mobilizar recursos, tanto internos como externos, para acelerar os esforços de integração de África. No que diz respeito aos recursos externos, o Comissário convidou o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, entre outros, a honrar totalmente os seus compromissos do cancelamento da dívida externa, o que poderá criar um espaço fiscal. Ele sublinhou igualmente que os recursos provenientes do alívio da dívida não são suficientes para apoiar os projectos e programas susceptíveis de acelerar a integração africana.

35. Ele fez um resumo dos desafios que são colocados a vários países africanos para ter acesso às iniciativas de alívio da dívida. Trata-se de desafios relacionados com a falta de execução da iniciativa dos Países Pobre Altamente Endividados (PPAE) para vários países africanos; da instabilidade macro-económica, da sustentabilidade da dívida a longo prazo e da falta de inclusão dos países não PPTE na iniciativa de alívio

da dívida. Ele referiu-se igualmente a muitos factores que reduziram a capacidade de África de pagar os serviços da sua dívida, incluindo a persistência de uma base de produção muito fraca, a falta de complementaridade das estruturas económicas, as taxas de juro muito elevadas assim como o frequente rescalonamento da dívida em condições não concessionais.

36. O Comissário concluiu a sua comunicação fazendo as seguintes recomendações:

- i) Mobilização de recursos internos, através da reforma fiscal, liberalização dos mercados financeiros e gestão prudente da dívida pública;
- ii) Diversificação da base de produtos e das exportações;
- iii) Capacidade da gestão da dívida para assegurar a utilização eficaz dos recursos a fim de evitar níveis insuportáveis da dívida;
- iv) Confiança nos empréstimos e nas subvenções em condições liberais;
- v) Prosseguimento de políticas fiscais e macro-económicas;
- vi) A iniciativa da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) deve ser orientada para o financiamento de projectos de integração;
- vii) Eliminação de obstáculos relativos à oferta para promover os investimentos e a produtividade

Debate

37. A Conferência realçou a ausência de uma relação entre a governação e a gestão da dívida. Neste contexto, eles acordaram que o problema da dívida não poderá ser resolvido sem abordar as questões de governação. Os participantes afirmaram que a integração regional poderá promover uma melhor utilização dos recursos públicos e uma gestão eficaz da dívida. Eles realçaram a necessidade da simplificação da arquitectura institucional da sub-região para assegurar a racionalização e a melhor utilização de recursos tão limitados.

38. Os participantes concluíram que os parceiros de desenvolvimento deverão honrar todos os seus compromissos relativos ao cancelamento da dívida, contribuindo assim para a promoção da integração regional.

Recomendações

39. No final do debate, foram formuladas as seguintes recomendações:

- i) Resolução das questões relativas à governação em paralelo com as questões da capacidade de suportar a dívida;

- ii) Reforço das capacidades dos Estados Membros no domínio da gestão da dívida;
- iii) Diversificação, pelos Estados Membros, dos seus produtos e das suas bases de exportação para aumentar as respectivas bases de rendimentos.

VII. ANÁLISE DO RELATÓRIO DE PERITOS

40. A Conferência, depois de tomar nota do relatório de Peritos e analisado as recomendações nele contidas, aconselhou o seguinte:

a) Financiamento de Infra-estruturas Comunitárias e Integração Regional

- i) **Financiamento de infra-estruturas regionais:** Cada país deverá afectar recursos para o desenvolvimento de infra-estruturas e a Comissão poderá realizar os estudos necessários para determinar os recursos a serem alocados. Além disso, os Estados Membros deverão estudar a possibilidade de desenvolver meios eficientes de mobilização de financiamento local para projectos de infra-estruturas, bem como encontrar a melhor forma de apoiar o Fundo Regional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas.
- ii) **Mecanismos de co-financiamento:** É necessário desenvolver parcerias entre as agências bilaterais e multilaterais de desenvolvimento e o sector privado, tendo em vista o aumento da disponibilidade de recursos financeiros, de conhecimentos especializados e da capacidade institucional.

b) Papel do Sector Privado no Processo de Integração Regional

- i) Exortar a CUA, as CERs e os parceiros de desenvolvimento, tais como a CEA e o BAD, para elaborar um código completo de investimentos para África, a fim de promover a participação do sector privado;
- ii) Solicitar à CUA para, em colaboração com a CEA e o BAD, harmonizar os sistemas financeiros e de pagamento em África;
- iii) Exortar os Estados Membros que ainda não fizeram a criar estruturas de controlo de qualidade e harmonizar as normas inerentes;
- iv) Exortar os Estados Membros a eliminar as barreiras tarifárias e não tarifárias para facilitar as trocas comerciais intra-africanas;
- v) Convidar os Estados Membros para proceder à revisão das suas políticas industriais, tendo em vista facilitar a integração regional; e
- vi) Organizar reuniões entre o sector público e sector privado ao nível das CERs e a UA.

c) Investimentos, Comércio e Integração

- i) Prosseguir e concluir o processo de convergência monetária para promover um ambiente macro-económico estável e favorável ao fluxo de investimentos directos estrangeiros e africanos;
- ii) Promover o comércio intra-africano, essencialmente por intermédio dos bancos e das estruturas de apoio ao comércio.

d) Acordos de Parceria Económica, Racionalização das CERs e Integração em África

- i) Encorajar os Estados Membros, a CUA, as CER's e as instituições parceiras a prosseguir a implementação das decisões dos Chefes de Estado e de Governo relativas aos APEs tomadas pela Conferência da UA;
- ii) Acelerar a criação, o mais rápido possível, onde ainda não foi feita, de Zonas de Livre Comércio (ZLC);
- iii) Criar mecanismos de compensação para os países que perderem receitas aduaneiras por causa da implementação dos programas da integração;
- iv) Elaborar directivas para a convergência de variáveis macro-económicas ao nível continental;
- v) Reforçar e alargar os mercados e as instituições financeiras africanas que ajudarão na mobilização de recursos para o financiamento de projectos de integração tais como infra-estruturas; e
- vi) Exortar a CUA a acelerar a conclusão do seu estudo relativo aos cenários de racionalização das CER's.

e) Estado de Implementação da Agenda de Integração Regional em África: Conquistas e Desafios

- i) O mandato dos Ministros de Integração deve ser reforçado, de tal forma que tenha um impacto muito importante no seguimento das recomendações adoptadas;
- ii) A CUA deve, em colaboração com as CERs, concluir a elaboração do Programa Mínimo de Integração (PMI), em sectores prioritários e com um calendário bem definido a ser utilizado pelas CERs, tendo em vista alcançar uma convergência dos seus programas. Depois da sua adopção,

a CUA deve elaborar um calendário harmonizado para o seguimento da implementação do PMI;

- iii) Designação, pelos Estados Membros, de pontos focais encarregues de assuntos de integração, de tal forma a permitir à CUA a constituição de uma base de dados de contactos;
- iv) Tomada de medidas para a implementação do Protocolo relativo às Relações entre a CUA e as CER's;
- v) Criação de um Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (MARF) entre as CER's;
- vi) Assistência aos Estados Membros saídos de crise e/ou em dificuldades para estarem em pé de igualdade com os outros, tendo em vista a redução de disparidades os Estados Membros e facilitar o processo da sua integração;
- vii) Inclusão e realce dos progressos realizados em sectores-chave de cooperação e integração no relatório sobre o estado de implementação; e
- viii) Colaboração estreita entre os Estados Membros, as CER's e outros parceiros interessados na recolha de dados assim como no intercâmbio de boas práticas e experiências.

f) Recomendações saídas da Primeira e Segunda Conferências dos Ministros Africanos de Integração (COMAI) – Relatório de Seguimento

- i) Elaboração de um quadro de avaliação das actividades realizadas pelos Estados Membros, pelas CER's e pela UA na implementação das recomendações das Conferências dos Ministros Africanos de Integração (COMAI). No processo de avaliação deve ser respeitada hierarquia das diferentes recomendações, em termos de prioridade assim como em termos de um cronograma apropriado de implementação;
- ii) Elaboração do relatório consolidado da CUA, tendo como base os relatórios anuais das CER's e as respostas aos questionários simplificados;
- iii) Exortação aos Estados Membros, às CERs e à CUA a tomar as medidas necessárias para a implementação das recomendações que lhes dizem respeito; e
- iv) Identificação de projectos-chave de integração que ainda não são operacionais para estudar as causas desta situação e encontrar soluções para a sua implementação.

g) Livre Circulação de Pessoas, Bens, Serviços e Capitais

- i) Exortar os Estados Membros e as CERs a acelerar a implementação dos instrumentos jurídicos relativos à livre circulação;
- ii) As questões técnicas tais como as alfândegas, o comércio e a migração devem ser objecto de estudos profundos;
- iii) Solicitar à CUA e às CERs para fazer um inventário de todas as barreiras à livre circulação e analisar as respectivas causas; e
- iv) Solicitar igualmente à CUA e às CERs para organizar campanhas de sensibilização sobre os desafios da integração.

h) Rumo a um Mercado Comum Africano de Produtos Agrícolas

- i) A Conferência tomou nota do relatório sobre a matéria e recomendou que este documento seja submetido à Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura.

IX. ANÁLISE E ADOÇÃO DO PROJECTO DE DECLARAÇÃO

41. A Conferência analisou e adoptou uma Declaração.

X. ADOÇÃO DO TEMA DA QUARTA CONFERÊNCIA

42. Sobre este ponto de agenda, o Uganda propôs o seguinte tema para COMAI IV: «Acelerar a Livre Circulação em África». Na sequência desta proposta, a Conferência sugeriu a realização de novas consultas sobre a matéria.

XI. DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO

43. O Ministro Delegado junto do Ministro da Economia, Planificação e Ordenamento do Território da República dos Camarões, S.E. Yaouba ABDOULAYE, informou à Conferência sobre a oferta do Governo do seu país para acolher a IV Conferência dos Ministros Africanos de Integração. A Conferência acolheu favoravelmente esta oferta e, pelo facto, agradeceu ao Governo da República dos Camarões. A Conferência foi informada que a data da próxima reunião será fixada após consultas, devendo ser comunicada aos Estados Membros, por intermédio da Comissão da União Africana.

XI. ENCERRAMENTO

44. No seu discurso de encerramento, o Comissário da UA para os Assuntos Económicos, Dr. Maxwell MKWEZALAMBA, exprimiu os seus agradecimentos ao Governo e ao Povo da República de Côte d'Ivoire pelo excelente acolhimento que foi reservado a todas as delegações. Ele agradeceu igualmente aos participantes pela sua presença na Conferência, não obstante a sua agenda preenchida, assim como pelo engajamento de que deram prova durante os debates.

45. Por outro lado, o Comissário realçou que os Ministros Africanos de Integração têm um papel importante a desempenhar na promoção da integração continental. Neste contexto, ele convidou os Ministros a dar o seu pleno apoio à CUA na implementação efectiva das decisões e recomendações da Conferência. Além disso, ele informou à Conferência que a UA continuará a desempenhar o seu papel activo para acelerar a implementação da agenda de integração de África bem como para trabalhar em estreita colaboração com os Estados Membros, as CER's, a CEA, o BAD, o sector privado e a sociedade civil.

46. A terminar, o Presidente da Sessão, S.E. Amadou KONE, agradeceu, em nome do Presidente da República, do Primeiro Ministro e do Governo de Côte d'Ivoire, a todas as delegações por terem aceite reunir-se em Abidjan, testemunhando deste modo a sua gratidão pela solidariedade do Povo do seu País nos esforços de pacificação, em conformidade com o Acordo de Ouagadougou. Antes de declarar o encerramento dos trabalhos da Terceira Conferência dos Ministros Africanos de Integração e desejar bom regresso a todas as delegações, ele exortou a todos os Estados Membros, às CER's e à CUA para implementar efectivamente as recomendações da Conferência.

XIII. MOÇÃO DE AGRADECIMENTOS

47. S.E. Ahmed Ali SILAY, Ministro Delegado para Cooperação Internacional de Djibouti, apresentou uma moção de agradecimentos, na qual exprimiu gratidão ao Governo e ao Povo de Côte d'Ivoire pelo acolhimento caloroso e pela hospitalidade que foram reservados a todas as delegações desde a sua chegada a Abidjan bem como pelas excelentes facilidades postas à sua disposição durante a Conferência. Em jeito de conclusão, ele convidou todas as partes interessadas a implementar efectivamente as recomendações da Conferência e dar prova da sua determinação e solidariedade para êxito da integração do Continente.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P.O. Box 3243 Telephone : +251-115-517 700 Fax : +251-115517844

website: www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO
DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
24 – 28 DE JUNHO DE 2008
SHARM-EL-SHEIKH, EGIPTO**

**EX.CL/436 (XIII)
Anexo**

**DECLARAÇÃO DA TERCEIRA CONFERENCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS DE INTEGRAÇÃO (COMAI III)
22 -23 de Maio de 2008, Abidjan, Côte d'Ivoire**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P.O. Box 3243 Telephone : +251-115-517 700 Fax : +251-115517844

website: www.africa-union.org

**Terceira Conferência dos Ministros
Africanos de Integração (COMAI III)
22 -23 de Maio de 2008
Abidjan, Côte d'Ivoire**

COMAI/MIN/DECL. (III)

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

Nós, Ministros Africanos de Integração, reunidos na nossa Terceira Conferência Ordinária em Abidjan, Côte d'Ivoire, de 22 a 23 de Maio de 2008;

Considerando as decisões Assembly/AU/Dec/112 (VII) e Assembly/AU/Dec/113 (VII) da 7ª Sétima Sessão Ordinária da Conferência da União, relativas respectivamente à moratória sobre o reconhecimento das Comunidades Económicas Regionais (CER's) e à institucionalização da nossa Conferência;

Evocando a determinação da Conferência da União de acelerar a integração económica e política do Continente Africano, racionalizar e reforçar as Comunidades Económicas Regionais, tal como está contido na Declaração de Acra, adoptada pela sua 9ª Sessão Ordinária;

Evocando ainda o papel importante das Comunidades Económicas Regionais como pilares da Comunidade Económica Africana assim como a necessidade de proceder à harmonização das suas políticas e dos seus programas para acelerar a integração económica do Continente;

Congratulando-se pela cooperação, no domínio da integração, com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), as instituições do Sistema das Nações Unidas, no caso vertente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), o Banco Mundial, a União Europeia bem como outros parceiros de desenvolvimento;

Determinados a acelerar o processo de integração, em conformidade com decisões pertinentes dos nossos Chefes de Estado e Governo bem como com as aspirações dos nossos Povos;

Tendo analisado e tomado nota das recomendações da reunião de Peritos;

Acordamos no seguinte:

Implementação das Recomendações da COMAI I e II

- i) **Solicitar** aos Estados Membros, às CERs e à Comissão a tomar todas as medidas necessárias para a implementação rápida das recomendações das nossas Conferências anteriores;
- ii) **Solicitar**, além disso, à Comissão a elaborar, em consulta com as CERs, um roteiro e um calendário de implementação do programa mínimo de integração;
- iii) **Solicitar** à Comissão, às CERs e aos parceiros de desenvolvimento para apoiar os Estados Membros na coordenação e implementação das actividades relativas à integração.

Questões Institucionais

- i) **Convidar** os Chefes de Estado e de Governo da União Africana a consagrar exclusivamente, se for necessário, uma das sessões ordinárias da sua Conferência a questões de integração e desenvolvimento;
- ii) **Convidar** os Estados Membros que ainda não o fizeram, a criar uma estrutura dedicada a questões de integração;
- iii) **Solicitar** a realização de reuniões periódicas entre os Presidentes das CERs e o Presidente da União.

Boa Governação

Encorajar as Comunidades Económicas Regionais a iniciar, entre si, um processo de revisão de pares, tendo como objectivo tirar, de uma forma recíproca, lições das respectivas experiências e boas práticas.

Livre Circulação de Pessoas, Bens, Serviços e Capitais

- i) **Solicitar**, por um lado, aos Estados Membros das CER's que ainda não o fizeram a acelerar a implementação dos instrumentos jurídicos adoptados em matéria da livre circulação e, por outro lado, para os que já implementaram o seu programa, a tomar todas as disposições necessárias para a eliminação de quaisquer obstáculos ao sucesso desse programa;
- ii) **Solicitar** a todos os Estados Membros a isenção de vistos para os funcionários do governo e todos os cidadãos africanos titulares de passaportes diplomáticos;
- iii) **Exortar** os Estados Membros a eliminar todas as barreiras tarifárias e não tarifárias para facilitar as trocas comerciais intra-africanas;
- iv) **Solicitar** à Comissão para, em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec 354 (XI) do Conselho Executivo da União, convocar um fórum sobre a livre circulação, devendo reunir todas as partes interessadas.

Financiamento de Infra-estruturas Regionais

Solicitar a cada Estado Membro para alocar recursos destinados ao desenvolvimento de infra-estruturas regionais e, à Comissão, a realizar os estudos necessários para o efeito.

Segurança Alimentar

Exortar os Estados Membros a tomar, o mais urgente possível, todas as medidas necessárias para a implementação de todas as decisões relativas ao desenvolvimento da agricultura e da segurança alimentar.

Apoio aos Países Desfavorecidos

Solicitar, com vista a redução da disparidade de desenvolvimento entre os Estados Membros, solicitar aos Estados Membros, à UA assim como aos parceiros de desenvolvimento para tomar todas as medidas necessárias a fim de iniciar programas adequados susceptíveis de trazer soluções duradoiras às dificuldades enfrentadas pelos países fracos ou saídos de conflito armado.

Agradecimentos

Exprimir a S.E. Laurent GBAGBO, Presidente da República, assim como ao Governo e ao Povo de Côte d'Ivoire os nossos agradecimentos por terem aceite generosamente acolher a nossa Terceira Conferência bem como pela hospitalidade tradicional que foi concedida a todas as nossas delegações .

Feita em Abidjan (Côte d'Ivoire), a 23 de Maio de 2008

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Relatório Da Comissão Sobre a Conferência dos Ministros Africanos da Integração (COMAI III)

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3845>

Downloaded from African Union Common Repository